

DEMOCRACIAS, GOLPES E REVOLUÇÕES: CONEXÕES HISTÓRICAS

PERNAMBUCANOS

Apoio:
ANPUPE
HUMANITAS
UNICAP

Realização:
HISTÓRIA

Escola de Educação,
Humanidades, Direito,
Economia e Gestão

PÓ-GRADUAÇÃO DE PESQUISA
PO-GRADUAÇÃO E INovação

PPGH
UNIVERSIDADE CATÓLICA
RECIFE

BR RJANRJ JUCAI 0.74201006
F 1
huns poucos obscuros, e miseráveis
o estauo da socieg, e prosperi
surgiendo do abismo, à que
perpetrára o louco;
da Villa de Santo
eundo rca-

COLÉGIO DE SÃO JOSÉ: UMA EDUCAÇÃO DOROTEANA NA CIDADE DO RECIFE NO SÉCULO XIX

Sérgio Villarim Alves da Silva

Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco
(UNICAP), 2024.1;

Mestrado Profissional em História pela Universidade Católica de Pernambuco
(UNICAP) 2023

E-mail: sergio.00000030400@unicap.br

RESUMO

O Colégio de São José, fundado em Recife no século XIX, representou um marco na educação doroteana no Brasil, refletindo os princípios pedagógicos de Santa Paula Frassinetti. Guiadas pela filosofia da fundadora da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia, as práticas educativas do colégio enfatizavam a formação integral das jovens, abordando não apenas aspectos acadêmicos, mas também valores morais e espirituais. Santa Paula acreditava que a educação deveria ir além da instrução intelectual, preparando as alunas para enfrentar a vida com virtude e responsabilidade social. Suas cartas e orientações às irmãs educadoras serviram de guia para o desenvolvimento curricular, promovendo uma educação que valorizava o caráter e a espiritualidade. O colégio atendia jovens de diversas origens, incentivando-as a desenvolver autonomia e comprometimento social. Em um período de grandes transformações sociais, a educação doroteana oferecia um contraponto ao ensino elitista da época, apostando em uma pedagogia que buscava a transformação do indivíduo e da sociedade. Assim, o Colégio de São José não apenas transmitia conhecimentos, mas também buscava moldar cidadãs conscientes e preparadas para contribuir com suas comunidades, refletindo o compromisso da Congregação com uma educação humanizada e solidária.

Palavras-chave: Educação; Responsabilidade social; Santa Paula Frassinetti.

INTRODUÇÃO

O Colégio de São José, fundado em 19 de março de 1866 na cidade do Recife, Pernambuco, iniciou suas atividades com apenas duas alunas, situado na Rua da Soledade, no bairro da Boa Vista. Com o passar do tempo, a instituição se estabeleceu em um novo endereço na mesma região, agora na Avenida Conde da Boa Vista, mantendo-se um marco da educação feminina na capital pernambucana. Desde sua fundação, o Colégio de São José se destacou pela proposta educacional que visava não só à instrução acadêmica, mas também ao trabalho social direcionado a meninas, jovens e senhoras de todas as classes sociais.

A educação feminina no Brasil, especialmente em Pernambuco, enfrentou diversos desafios ao longo dos séculos XIX e XX, em um contexto de profundas desigualdades sociais e limitações impostas pelo papel restrito atribuído às mulheres. Nesse cenário, o Colégio de São José emerge como um espaço de transformação, oferecendo educação que transcende a formação acadêmica e promove a emancipação feminina.

A educação doroteana, inspirada nos ideais de Santa Paula Frassinetti, fundadora da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia, tem como princípio o desenvolvimento integral do ser humano, unindo formação intelectual, moral e espiritual. As cartas de Santa Paula Frassinetti revelam uma visão inovadora para a época, propondo que a educação deve fortalecer a fé e o caráter das estudantes, preparando-as para uma vida de serviço à sociedade. Esse modelo educativo doroteano encontra ecos e contrapontos nas ideias de Paulo Freire, Riolando Azzi e Pierre Bourdieu. Freire, em especial, com sua pedagogia libertadora, defende uma educação transformadora e dialógica, que desafia as estruturas de opressão. Já Azzi e Bourdieu trazem contribuições sobre a dimensão social e cultural da educação, propondo reflexões sobre a reprodução de desigualdades e o papel da escola na promoção da justiça social.

O Colégio de São José, ao longo de sua trajetória, continua a refletir e dialogar com essas visões educacionais, comprometido com a missão de Santa Paula Frassinetti de proporcionar uma educação inclusiva e humanizadora, que valoriza o potencial de cada aluna para atuar na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

1 A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

A educação feminina no Brasil e em Pernambuco percorreu uma trajetória marcada por obstáculos e transformações que refletem as mudanças sociais, culturais e políticas do país. Durante o período colonial e o início do Império, a educação formal era um privilégio quase exclusivo dos homens, enquanto a formação feminina limitava-se à preparação para o lar e para o casamento (Almeida, 2018).

Segundo Fernanda Fernandes:

As mulheres ficaram excluídas do sistema escolar estabelecido na colônia. Quando muito, podiam educar-se na catequese. Na segunda metade do século XVII, surgiram conventos no Brasil, cujas ‘escolas’ para moças ensinavam, sobretudo, costura e bordado (‘trabalhos de agulha’), boas maneiras e muita reza para ‘afastar maus pensamentos’ (Fernandes, 2019, p. 1).

Mulheres de classes mais altas recebiam instrução doméstica, restrita a temas como etiqueta, religião e algumas habilidades artísticas. Já para as mulheres de classes menos favorecidas, o acesso à educação era praticamente inexistente. Esse cenário só começou a se transformar ao longo do século XIX, com o surgimento de iniciativas voltadas para a instrução feminina, influenciadas pelas ideias iluministas e pelos movimentos abolicionistas e republicanos, que defendiam a igualdade de direitos (Priore, 2013).

Em Pernambuco, a criação de instituições dedicadas à educação feminina reflete esses avanços. No Recife, por exemplo, surge o Colégio de São José, fundado em 1866, que foi uma das primeiras escolas a oferecer educação formal para meninas e moças, além de promover um trabalho social significativo. A proposta pedagógica do Colégio de São José incorporava não apenas a alfabetização e o ensino de habilidades práticas, mas também a formação moral e espiritual, moldada pela tradição católica e pela orientação educativa das Irmãs de Santa Doroteia. Essas iniciativas visavam à inclusão social e ofereciam às mulheres um caminho para autonomia intelectual e moral, embora ainda dentro dos limites impostos pelos papéis sociais femininos da época (Priore, 2013).

A partir da Primeira República e com as reformas educacionais do século XX, especialmente após os anos 1930, o Brasil experimentou uma expansão mais expressiva da educação pública e feminina. Figuras como Anísio Teixeira e Maria Lacerda de Moura foram importantes ao lutar por uma educação mais inclusiva, ainda que houvesse

resistências culturais e políticas que limitavam as oportunidades das mulheres no sistema de ensino (Saviani, 2007).

Na década de 1960, com o movimento de renovação pedagógica liderado por Paulo Freire, a ideia de uma educação emancipadora ganhou força. Freire argumentava que a educação deveria ser um instrumento de libertação e transformação social, uma visão que ressoava particularmente com a luta das mulheres por igualdade de oportunidades educacionais e sociais (Freire, 2011).

Estudiosos como Bourdieu (2002) ajudaram a contextualizar a desigualdade de acesso e as barreiras culturais que as mulheres enfrentaram no ambiente escolar e acadêmico. Bourdieu (2002), analisando as relações de poder e os mecanismos de perpetuação das desigualdades, sugere que a escola pode tanto reproduzir as hierarquias sociais como subvertê-las. No caso da educação feminina, as barreiras não eram apenas econômicas, mas também culturais e ideológicas, o que tornou o avanço lento, embora firme. As contribuições de Azzi (2000) sobre o papel da Igreja Católica na educação feminina também são relevantes para entender a educação oferecida em colégios religiosos como o de São José, onde as mulheres encontravam um ambiente mais favorável para se desenvolverem, ainda que sob uma perspectiva moral e social moldada pela instituição religiosa.

2 O COLÉGIO DE SÃO JOSÉ: A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA DOROTEIA EM RECIFE

Durante o século XIX, os bispos das principais dioceses brasileiras, especialmente os das dioceses de Mariana e São Paulo, dedicaram-se a promover uma reforma na Igreja Católica no intuito de substituir o catolicismo luso-brasileiro pelo modelo romanizado (Azzi, 2000).

O episcopado brasileiro esforçou-se para introduzir no país o modelo religioso eclesial de Trento e o ultramontanismo, que se consolidavam na Europa sob o pontificado do papa Pio IX. Com essa reforma, as lideranças católicas brasileiras também tinham como objetivo restringir o poder do laicato, representado principalmente pelas irmandades religiosas, muitas das quais, desde o período colonial, reuniam fiéis no Brasil, incluindo grupos alinhados à maçonaria, que ganhavam cada vez mais força. Ao implantar o modelo tridentino e ultramontano, os bispos brasileiros

visavam aproximar o povo da Santa Sé, tornando-o mais devoto ao papa e mais obediente às suas diretrizes (Farias; Medeiros Neta, 2022).

As primeiras irmãs em missão que fizeram parte da Congregação Doroteia chegaram ao Brasil a fim de contribuir para o fortalecimento desse projeto, o qual também interessava ao papa Pio IX. Após o contato entre o bispo eleito de Pernambuco, D. Manuel do Rêgo de Medeiros, que então residia em Roma, e a Reverenda Madre Geral Paula Frassinetti (1809-1882), foi decidido que uma casa do Instituto de Santa Doroteia seria fundada no Brasil. Com sede em Roma, o Instituto já contava com filiais em Gênova, Bolonha e Veneza, todas sob a direção de Paula Frassinetti, que mantinha contato constante com suas religiosas, seja por visitas, seja por meio de correspondências acessadas em nossas pesquisas (Farias; Medeiros Neta, 2022).

D. Manuel do Rêgo de Medeiros pretendia reformar a diocese de Pernambuco, utilizando a Congregação Doroteia, por meio de suas freiras, como veículo de difusão dos novos preceitos. Ao ensinar esses valores às alunas, as irmãs transmitiriam às suas famílias o ideal de como ser um bom cristão sob o modelo tridentino e ultramontano. Assim, as alunas formadas no colégio católico se tornariam mães que, ao constituírem suas famílias, repassariam aos filhos os ensinamentos adquiridos (Farias, 2019).

Em 1866, após uma viagem de um mês entre terra e mar, chegaram a Pernambuco as primeiras freiras da congregação. O grupo missionário era composto por seis irmãs, lideradas pela madre superiora Teresa Casavecchia e pela vice-superiora Giuseppina Pingiani, que, segundo Azzi (2000), tinha ampla experiência na Congregação e ficou responsável pela disciplina de francês no Recife. Francesca Toscani, Virginia Jannozzi, Gertrudes Mattei e Sofia Felipa, sendo estas últimas recém-saídas do noviciado, também faziam parte do grupo (Azzi, 2000).

A chegada dessas mulheres para fundar a congregação no Brasil envolveu muitos desafios, renúncias e sacrifícios, típicos de uma obra missionária. Durante a viagem, enfrentaram tempestades no mar e problemas de saúde (Azzi, 2000). No Brasil, os desafios continuaram, incluindo a adaptação ao clima, alimentação, costumes e língua, que eram bem distintos dos que estavam acostumadas na Europa. Em uma carta de 27 de abril de 1866, a irmã Paula Frassinetti, endereçada à irmã Giuseppina Pingiani, relata algumas dessas dificuldades:

Caríssima Irmã no Senhor. Já tinha imaginado que estivesse doente e, quando recebi as tão desejadas cartas anunciando a chegada em Pernambuco, confirmou-se o meu pressentimento, porque de si vi senão uma cartinha para a sua mãe; e queria manifestar-lhe este meu receio quando lhe escrevi a 12 de

Abril, mas não o fiz, pensando que me teria escrito, e assim foi! É certo que terá sofrido muito, mas agora talvez se sinta melhor, e, com o estômago aliviado, a mudança de clima não a perturbe tanto. Alegra-me que sinta desejo ardente de trabalhar para a glória de Deus, mas lembre-se do que tantas vezes lhe disse o Pe. Gil, isto é, que no princípio faça pouco e tenha cuidado; depois, quando estiver aclimatada, então poderá aguentar muito trabalho; entretanto, por agora, contente-se com aprender a língua do país (Farias; Medeiros Neta, 2022, p. 5).

É importante destacar que as freiras enfrentavam problemas de saúde frequentes, agravados pelo clima tropical, muito diferente daquele a que estavam acostumadas. O uso do hábito preto, tradicional da congregação, também contribuiu para o desconforto e problemas de saúde nas altas temperaturas locais. Um exemplo claro é o caso da madre superiora Teresa Casavecchia, que, após contrair tuberculose em estado grave, teve de retornar urgentemente à Europa para tentar um tratamento. No entanto, apesar de momentos de melhora, sua condição piorou progressivamente, levando-a ao falecimento (Farias; Medeiros Neta, 2022).

Conforme descreveu a Reverenda Madre Paula Frassinetti, para essas mulheres, era indispensável abrir mão de si mesmas por uma causa maior: a glória de Deus, que se revelaria na dedicação total ao trabalho missionário no Brasil. Esse compromisso justificava os sacrifícios que enfrentavam, como os desconfortos da adaptação ao novo país e a distância de suas terras e famílias, com as quais mantinham contato apenas por cartas, que demoravam meses para cruzar o Oceano Atlântico (Farias, 2019).

3 A EDUCAÇÃO DOROTEANA SEGUNDO SANTA PAULA FRASSINETTI

A educação doroteana, conforme concebida por Santa Paula Frassinetti, é baseada em uma abordagem integral e humanista, direcionada ao desenvolvimento moral, espiritual e intelectual das jovens, buscando formar mulheres com sólidos valores éticos e cristãos. Santa Paula considerava o papel das educadoras essencial; elas deveriam guiar suas alunas com amor, paciência e exemplo, criando um ambiente acolhedor e respeitoso. A proposta educacional doroteana não se limitava à instrução acadêmica, mas também enfatizava a formação de valores e virtudes, reconhecendo cada aluna como única e digna (Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, 1999).

Em se tratando de educação, vale a pena citar as cartas de Santa Paula Frassinetti, que se tornaram documentos de grande valor para a compreensão de sua visão educativa e espiritual, sendo uma das principais fontes para entender a fundadora

da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia e suas ideias sobre educação. Através de sua correspondência, Paula Frassinetti compartilhou ensinamentos, conselhos e reflexões profundas sobre os princípios pedagógicos e valores que orientavam a sua prática educativa, sobretudo voltados à formação integral das jovens.

As cartas de Santa Paula Frassinetti foram fundamentais na orientação das Irmãs Doroteias e das educadoras que atuavam nos colégios da congregação. Ao longo de sua vida, Santa Paula escreveu cerca de 800 cartas, tratando tanto de aspectos práticos quanto espirituais da educação, além do papel das educadoras na rotina escolar. Essas correspondências refletiam sua sabedoria, experiência e visão pedagógica, fortalecendo os laços entre as Irmãs e transmitindo suas orientações (Passarelli, 2012).

O conteúdo das cartas variava, mas muitos escritos ofereciam instruções sobre como enfrentar desafios educacionais, cultivar paciência e humildade, e auxiliar as alunas a se tornarem pessoas moralmente íntegras e conscientes espiritualmente. Santa Paula encorajava as educadoras a serem exemplos vivos de fé e bondade, lembrando-as do valor da educação como um ato de amor e serviço a Deus e ao próximo. Esse conjunto de cartas constitui um legado inspirador, que evidencia o compromisso de Santa Paula com uma educação transformadora, enraizada em valores cristãos (Almeida, 2000).

A importância das cartas para a educação reside em sua capacidade de transmitir uma pedagogia humanista e cristã que vai além das práticas comuns da época. Santa Paula Frassinetti defendia que a educação deveria ser feita com dedicação e bondade, considerando as necessidades de cada aluno e estimulando o aprendizado como um caminho de transformação pessoal e social. Essas ideias inspiram até hoje educadores comprometidos com uma abordagem inclusiva e integral, onde a formação acadêmica está ligada à formação humana e ética.

O sistema pedagógico das instituições fundadas por Paula Frassinetti não foi delineado de maneira explícita em suas constituições. Na verdade, ele foi se desenvolvendo a partir das mensagens e atitudes refletidas em seu comportamento e ações, frequentemente adaptando-se à cultura vigente de seu tempo e local, sem, contudo, deixar de cumprir certos princípios universais. Entretanto, é importante reconhecer que seu sistema pedagógico foi estruturado com base nas compilações das constituições elaboradas por Paula.

Segundo Almeida (2000), Paula não se considerava uma pedagoga, mas sim uma educadora que buscava aprimorar seus conhecimentos alicerçados na fé, no amor,

no diálogo e na paciência. Dessa maneira, a organização de sua prática educativa é descrita como uma “intuição pedagógica” e não como uma pedagogia formalmente sistematizada e voltada para situações específicas. Sua intuição fundamenta-se em princípios e valores universais que transcendem os séculos.

4 A PROPOSTA EDUCACIONAL DO COLÉGIO DE SÃO JOSÉ

O Colégio de São José apresentava uma proposta educacional alinhada à de outros estabelecimentos de ensino católicos fundados no Brasil no século XIX. Todas essas instituições compartilhavam a mesma missão: promover uma forma de catolicismo mais ortodoxa e clerical, distanciando-se do modelo então prevalente no Brasil (Nunes, 2013).

Com o fim da monarquia, essa missão ganhou mais força, especialmente nas primeiras décadas do século XX, exigindo maior empenho dos envolvidos, já que a ruptura entre o catolicismo e o Estado no regime de padroado permitiu a fundação de escolas protestantes e contribuiu para a laicização do ensino público (Farias, 2019).

As irmãs doroteias se dedicavam exclusivamente à educação de meninas, diferenciando-se de outras congregações que, ao se estabelecerem no Brasil, combinavam a educação com o trabalho em instituições assistenciais, como asilos, orfanatos e hospitais (Azzi, 2000).

É relevante observar que as alunas da instituição eram geralmente de famílias da aristocracia agrária e da classe média urbana, como a escritora potiguar Magdalena Antunes, que estudou no Colégio de São José entre 1891 e 1896 (Farias, 2019).

Quanto aos pais dessas alunas, é importante compreender que, ao optarem pelas escolas católicas, eles buscavam proporcionar uma educação que preparasse suas filhas para o mundo urbano e civilizado que estava surgindo. Enxergavam as freiras como mediadoras capazes de transmitir um repertório de conhecimentos que conectaria suas filhas a esse universo valorizado e idealizado com origem na Europa.

Em parte, os colégios católicos preenchiam lacunas deixadas pelo sistema educacional oficial do Império, que, embora teoricamente pretendesse alcançar todo o território conforme a Lei Imperial de 15 de outubro de 1827 (Brasil, 1827), não conseguia na prática atender à demanda educacional do país. Ainda que o colégio adotasse um espírito conservador, alinhado aos projetos da época que reforçavam o papel doméstico da mulher, ele também criou a possibilidade de acesso à educação

formal para meninas e moças, especialmente das regiões mais remotas, como foi o caso de Magdalena Antunes, Auta de Souza e muitas outras (Farias, 2019).

Riolando Azzi declara que:

Tratava-se de preparar as moças para sua inserção progressiva na sociedade urbana, pautada pelos padrões burgueses de comportamento. Nesse novo contexto, a mulher adquiria um novo status social; devia distinguir-se pela fineza dos modos, pelas habilidades artísticas em termos de música e literatura, brilhando dessa forma nas reuniões e saraus familiares. No jogo da bolsa matrimonial da época, seu valor já não era medido tanto pelo aporte econômico que trazia pelo seu dote, ou pela predisposição para uma maternidade fecunda, como pela habilidade da moça de atuar dentro do novo contexto social, marcado cada vez mais pela influência europeia (Azzi, 2002, p. 22).

A educação das mulheres deveria ser equivalente à dos homens, pois não havia diferenças significativas em seus aspectos cognitivos. Portanto, não havia razão para que a educação das mulheres fosse negligenciada. Parece que esse princípio era efetivamente colocado em prática com as alunas, sendo feito um esforço para que elas aprendessem e alcançassem o mesmo nível dos homens (Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020).

Ao contrário do currículo do Colégio Augusto, o Colégio de São José tinha um currículo voltado para as expectativas sociais de gênero para as mulheres na época. É importante destacar que, nas escolas religiosas do século XIX, a educação proposta não visava aproximar as mulheres dos homens no que diz respeito à preparação para o trabalho público.

Contudo, também não se tratava apenas de alfabetizá-las ou ensiná-las conhecimentos básicos de matemática e outras matérias. O foco era proporcionar saberes que definiriam sua posição social.

Como Azzi (2002) observou, o objetivo era preparar as jovens para sua progressiva inserção na sociedade urbana, seguindo os padrões burgueses de comportamento. Nesse novo contexto, a mulher adquiria um novo status social, devendo se distinguir pela elegância, pelas habilidades artísticas, como música e literatura, brilhando em reuniões e saraus familiares.

No jogo matrimonial da época, seu valor não era mais medido apenas pelo dote econômico ou pela capacidade de ser mãe, mas pela habilidade da jovem de se comportar no novo contexto social, cada vez mais influenciado pela cultura europeia (Azzi, 2002).

Essas eram as expectativas em relação às meninas e jovens quando retornavam aos seus lares. Elas deveriam refletir, para seus familiares e para os amigos e relações de seus pais, os símbolos dessa vida urbana e civilizada, inspirada no modelo europeu. Esperava-se que elas tivessem incorporado um conjunto de saberes adquiridos nos colégios internos, sendo esse aprendizado um diferencial para o sucesso no “mercado matrimonial”, como apontado por Azzi (2002).

Em *Vida social no Brasil em meados do século XIX*, Gilberto Freyre descreveu a presença dos internatos dirigidos por freiras europeias nas principais cidades do Brasil, cuja prática se manteve durante todo o século XIX entre as jovens de famílias abastadas:

Aos oito ou nove anos, era a menina de família patriarcal mais opulenta enviada para um internato religioso, onde ficava até aos treze ou quatorze anos. Aí, sua educação, começada em casa, continuava. Aprendia a delicada arte de ser mulher. Música, dança, bordado, orações, francês e às vezes inglês, leve lastro de literatura eram os elementos da educação de uma menina num internato escolar. Voltava muito romântica, algumas vezes criaturinha encantadora, lendo Sue, Dumas e George Sand, além de saborear folhetins, por vezes melífluos, quase sempre delicadamente eróticos, publicados então pelos principais jornais do Império para o seu público feminino. Sabia rezar. Sabia dançar. As danças da época eram a quadrilha, os lanceiros e a polca. Dançá-los bem, ser leve como uma pluma e tênué como uma fita de seda era o máximo ideal de uma moça (Freyre 2008, p. 95).

Nesse contexto, mais do que o valor financeiro investido na educação das meninas e moças, o que estava em questão era a formação de um habitus, conceito definido por Bourdieu (2002) como o conjunto de características fundamentais que conferem sentido à existência de um grupo, diferenciando-o dos outros grupos da sociedade. Ou seja, o Colégio de São José, assim como outras instituições católicas voltadas para a formação feminina no século XIX, tinha a intenção de criar mulheres da elite católica, devotas, dotadas de habilidades, talentos e preparadas para o casamento.

CONCLUSÃO

O Colégio de São José desempenhou um papel singular e duradouro na história da educação feminina no Brasil, especialmente no contexto pernambucano do século XIX. Sua fundação não só representou uma oportunidade pioneira para as mulheres terem acesso à instrução formal, mas também marcou um avanço significativo na promoção de uma educação que buscava equilibrar os valores acadêmicos com a formação moral, social e espiritual das alunas. Essa abordagem educativa, moldada

pelos ideais de Santa Paula Frassinetti, propunha uma visão integral do ser humano e defendia a educação como um instrumento de transformação pessoal e social, aproximando-se de correntes pedagógicas inovadoras da época e encontrando ressonância nas ideias libertadoras de Paulo Freire e nos estudos sobre desigualdade de Pierre Bourdieu e Riolando Azzi.

O compromisso da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia em fornecer uma educação humanizadora, baseada na dignidade e no potencial de cada aluna, reflete uma visão progressista para o contexto e as limitações de gênero do período. A estrutura educacional do Colégio de São José, embora ancorada em valores conservadores e alinhada aos princípios do ultramontanismo católico, permitiu que muitas jovens de diferentes classes sociais desenvolvessem capacidades críticas e artísticas, preparadas para assumir papéis significativos em suas famílias e, indiretamente, na sociedade.

Ao enfatizar uma formação moral e espiritual, o Colégio criou um ambiente em que as mulheres eram incentivadas a se reconhecerem como participantes ativas da vida social, mesmo que dentro dos moldes esperados para a época. As cartas de Santa Paula e os desafios enfrentados pelas irmãs na adaptação ao Brasil revelam um profundo compromisso missionário, em que a educação era vista como um serviço e um ato de fé, desafiando as adversidades culturais e climáticas para implementar uma pedagogia transformadora.

Assim, o legado do Colégio de São José transcende o tempo e o espaço, perpetuando a influência de sua pedagogia no imaginário e na formação de gerações. Essa herança educacional continua a inspirar reflexões contemporâneas sobre o papel da escola na promoção da justiça social e na construção de um ambiente educativo que não apenas instrua, mas também valorize a singularidade e a dignidade de cada indivíduo. A história do Colégio de São José, portanto, permanece como um testemunho da força transformadora da educação e do poder da missão Doroteana em contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva, perpetuando-se na memória e no desenvolvimento contínuo de sua proposta humanizadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Custódio Luís Silva de. **Intuição Pedagógica de Paula Frassinetti**: Um olhar filosófico. Recife-PE: Congregação de Santa Dorotéia no Brasil, 2000.

ALMEIDA, Vasni de (org.). **História da educação e método de aprendizagem em ensino de história**. Palmas: Eduft, 2018.

AZZI, Riolando. **Educando pela via do coração e do amor**. Rio de Janeiro, RJ: Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia no Brasil, 2000. v. 1.

AZZI, Riolando. **Educando pela via do coração e do amor**. Rio de Janeiro, RJ: Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia no Brasil, 2002. v. 2.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Lei Imperial de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 14 out. 2024.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SANTA DOROTÉIA. **Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia**. Trad. da Província Brasil-Nordeste/Recife. Porto Alegre, RS, 1999.

FARIAS, Genilson de Azevedo. **Com açúcar, com afeto**: representações femininas na escrita memorialística autobiográfica de Magdalena Antunes (1880-1959). Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FARIAS, Genilson de Azevedo; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. Colégio de São José: a educação feminina católica no nordeste oitocentista. **Revista Pemo**. Fortaleza, v. 4, 2022.

FERNANDES, Fernanda. **A história da educação feminina**. MultiRio, mar. 2019. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14812-a-historia-da-educacao-feminina#:~:text=A%20primeira%20reivindica%C3%A7%C3%A3o%20pela%20instru%C3%A7%C3%A3o,que%20estas%20eram%20consideradas%20compaheiras..> Acesso em: 15 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2008.

JOTA, Allcydet Andreza Pereira; MEDEIROS NETA, Olivia Morais de; MEDEIROS, Aliny Dayany Pereira de. Nísia Floresta e a educação feminina no Brasil (Século XIX). **Ensino em Perspectivas**. Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2020.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PASSARELLI, Gaetano. **Santa Paula Frassinetti**: pela via do coração e do amor. Itália: Velar, 2012.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.